

Aumento de 5% dos impostos vai ao Congresso

BRASÍLIA - O governo deve encaminhar ainda nesta semana ao Congresso a proposta de emenda constitucional com a qual pretende criar um adicional de 5% sobre todos os impostos e contribuições federais e instituir um fundo de emergência social. O texto final da proposta foi concluído ontem pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e será entregue hoje ao ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

As alterações serão propostas em uma única emenda. Uma delas é para incluir na Constituição a prerrogativa da União criar qualquer tipo de adicional sobre os tributos e contribuições que recolhe. Nas disposições transitórias, incluirá dispositivo criando o adicional de 5%, durante dois anos.

O fundo de emergência também terá sua criação proposta sob a forma de disposição transitória. Seria constituído pelo total da arrecadação a ser gerada pelo adicional de 5% (cerca de US\$ 3 bilhões ao ano) e pela retenção de 15% das transferências constitucionais realizadas pela União para Estados e municípios.

Estas transferências consomem 53% de tudo que o governo arrecada com o Imposto de Renda e 47% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Se aprovado, o fundo de emergência terá de ser regulamentado por lei ordinária, aprovada pelo Congresso, sob a forma de projeto de lei, ou de medida provisória. O adicional de 5% seria regulamentado com portarias do ministro da Fazenda e instruções normativas do secretário da Receita Federal, Osiris de Azevedo Lopes Filho.